



INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: a percepção dos alunos com deficiência da Universidade Estadual de Maringá

INCLUSION AND ACCESSIBILITY IN THE PUBLIC ADMINISTRATION: the perception of students with disabilities at the State University of Maringá

Augusto Cesare de Campos Soares, Universidade Estadual de Maringá, Brasil,

augustocesareuem@gmail.com

Natália Ferraz de Araújo, Universidade Estadual de Maringá, Brasil, nataliaaferraz23@gmail.com

Maiara Miranda, Universidade Estadual de Maringá, Brasil, mai_miranda92@hotmail.com

Roberto Rivelino Martins Ribeiro, Universidade Estadual de Maringá, Brasil, rivamga@hotmail.com

Kerla Mattiello, Universidade Estadual de Maringá, Brasil, m_kerla@yahoo.com.br

Resumo

A proposta deste estudo foi analisar a inclusão dos acadêmicos portadores de necessidades especiais na Universidade Estadual de Maringá (UEM). O estudo buscou responder a seguinte questão de pesquisa: Quais as expectativas sobre as condições de acessibilidade para portadores de necessidades especiais na Universidade Estadual de Maringá? Essa pesquisa tem caráter descritivo, com abordagem qualitativa e dedutiva, e foi realizada por meio de levantamento. Foram aplicados questionários aos acadêmicos portadores de necessidades especiais atendidos pelo Programa Multidisciplinar de Pesquisa e Apoio à Pessoa com Deficiência e Necessidades Educativas Especiais (PROPAE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), chegando a uma amostra final de 5 respondentes, o que corresponde a 25% do total de alunos atendidos pelo programa. Os resultados demonstram que, em geral, as expectativas dos alunos com necessidades especiais quanto à acessibilidade foram baixas ou ruins, havendo respondentes que apontaram que a UEM não possui estrutura para receber os portadores de necessidades especiais e que existe preconceito por parte dos professores. Os acadêmicos indicaram sugestões para melhorias como adequações de calçadas, iluminação, ofertas de áudio e intérpretes de libras em eventos.

Palavras-chave: Inclusão; Acessibilidade; Portadores de Necessidades Especiais.

Abstract

The purpose of this study was to analyze the inclusion of academics with special needs at the State University of Maringá (UEM). The study sought to answer the following research question: What are the expectations about accessibility conditions for people with special needs at the State University of Maringá? This research has a descriptive character, with a qualitative and deductive approach, and was carried out through a survey. Questionnaires were applied to the students with special needs attended by the Multidisciplinary Program for Research and Support for Persons with Disabilities and Special Educational Needs (PROPAE) of the State University of Maringá (UEM), arriving at a final sample of 5 respondents, which corresponds to 25% of the total number of students attended by the program. The results show that, in general, the expectations of students with special needs regarding accessibility were low or poor, and there were respondents who pointed out that EMU does not have the structure to receive the special needs and that there is prejudice on the part of the teachers. Scholars have suggested suggestions for improvements such as sidewalk adjustments, lighting, audio offerings and pounds interpreters at events.



Keywords: Inclusion; Accessibility; People with Special Needs.

1. INTRODUÇÃO

Cresce no Brasil a consciência sobre a necessidade de ações em favor da inclusão social, especialmente no que tange à questão da acessibilidade, a qual visa possibilitar o acesso a locais e serviços, disponíveis a toda população (QUEIROZ E SOUZA, 2015). De acordo com informações obtidas no censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem no Brasil 45,5 milhões de pessoas que apresentam algum tipo de deficiência, cerca de 20% da população.

Sasaki (1997, p. 41) salienta que é necessária a inclusão social dessas pessoas, pois isso representa "um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade". Assim, promover a inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais tem por objetivo possibilitar desenvolvimento e total acesso a todos os recursos disponíveis na sociedade, de modo que tenham o respeito e dignidade da pessoa humana assegurada (MACIEL, 2000).

A Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da Declaração de Salamanca (1994), coloca as Universidades dentro da estrutura de ação em educação especial, sendo um instrumento valioso para recrutamento e treinamento de educadores. Isso porque têm condições de atuar no processo de desenvolvimento da educação especial, tanto na pesquisa, avaliação e formação de professores, quanto no desenvolvimento de programas e materiais de treinamento.

Considerando isso, para credenciar e recredenciar uma Instituição de Educação Superior no Brasil, é necessário que seja elaborado um plano de desenvolvimento institucional, o qual deve contemplar um plano de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida, para utilização dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte; dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, contando inclusive com serviços de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS (BRASIL, 2006).

Entretanto, Maciel (2000) ressalta a existência de burocracia nos órgãos públicos, nos quais não são apontadas soluções para as solicitações e reivindicações de pessoas portadoras de deficiência e que há omissão na tomada de decisão quanto a medidas que possam beneficiá-las. Em relação à educação, a autora destaca a falta de formação adequada dos professores, bem como ausência de recursos técnicos pedagógicos para apoio ao processo de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, Dallabona (2012) afirma que nos últimos dez anos houve um aumento no número de instituições de ensino superior no Brasil, ampliando conseqüentemente o acesso das pessoas às universidades. Porém, a autora questiona quais seriam as condições de permanência e sucesso das pessoas que apresentam algum tipo de deficiência.



Frente ao exposto, identificou-se a necessidade de realizar um estudo sobre a percepção dos acadêmicos com deficiência da Universidade Estadual de Maringá (UEM) sobre as condições de inclusão e acessibilidade da instituição de ensino. Assim, este trabalho tem por objetivo analisar a inclusão dos acadêmicos portadores de necessidades especiais na Universidade Estadual de Maringá, com o propósito de responder a seguinte questão de pesquisa: quais as expectativas sobre as condições de acessibilidade para portadores de necessidades especiais na UEM?

Este estudo fica delimitado aos acadêmicos com deficiência da Universidade Estadual de Maringá que são atendidos pelo Programa Multidisciplinar de Pesquisa e Apoio à Pessoa com Deficiência e Necessidades Educativas Especiais (PROPAE), com enfoque na análise sobre as expectativas dos alunos quanto a inclusão e acessibilidade, o que teria mudado em relação às mesmas e quais as sugestões para que as falhas identificadas fossem melhoradas.

A organização do estudo se deu em cinco capítulos. O Capítulo I aborda a introdução juntamente com a justificativa e a relevância do tema, o objetivo geral e também a delimitação do estudo. No Capítulo II foi desenvolvida a contextualização do trabalho, a qual serviu de suporte para a parte prática do estudo. A metodologia é apresentada no Capítulo III, com a definição do tipo de pesquisa e o método de coleta dos dados e análise dos mesmos, indicando o caminho percorrido pelo pesquisador para encontrar resposta ao problema de pesquisa e assim atender o objetivo geral do estudo. No Capítulo IV são apresentados os dados e a análise dos mesmos. Por fim, o Capítulo V apresenta as considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O capítulo aborda as definições sobre deficiências, expõe fatos da inclusão e o principal aspecto da inclusão, a acessibilidade. Manifesta e diferencia inclusão e acessibilidade para os portadores de necessidades especiais, embasadas nas leis federais. Discutindo a importância do atendimento das condições físicas e sociais para os deficientes físicos.

2.1 PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

É considerada pessoa Portadora de Necessidades Especiais (PNE), segundo o Artigo 2º do Estatuto da Pessoa com Deficiência instituído pela Lei 13.146/2015, a pessoa que

tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).



Diminuindo estereótipos Lino (2016, p.35) diz que utilizando a expressão “pessoa com deficiência” “conclui-se que a deficiência é uma característica do corpo humano, apenas um aspecto de diferenciação do próprio organismo, não se tratando de doença”.

Logo o portador de deficiência é aquele que reporta obstáculos de integração com as demais pessoas na sociedade devido as suas limitações, sejam elas físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais. A deficiência pode ser definida nas categorias: deficiência física, deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência mental e deficiência múltipla.

O deficiente físico é aquele que, segundo o Artigo 5º, § 1º do decreto nº 5.296 de 2004, apresenta

alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (BRASIL, 2004).

Já Berch, Browning, Machado e Schirmer (2007, p.22) complementa que o comprometimento da função física possa existir de uma amputação, má-formação ou deformação do sistema muscular e esquelético.

Como características da deficiência auditiva, ainda no Artigo 5º, § 1º do decreto nº 5.296 de 2004, é considerada a “perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz” (BRASIL, 2004).

Se tratando de deficiência visual a lei determina, no decreto nº 5.296 de 2004, quem apresentar

cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (BRASIL, 2004).

Para Campos, Sá e Silva (2007, p. 15) a cegueira “é uma alteração grave ou total de uma ou mais das funções elementares da visão que afeta de modo irremediável a capacidade de perceber cor, tamanho, distância, forma, posição ou movimento”. Ainda mencionam a definição para baixa visão como uma anomalia complexa devida a variedade nas formas de comprometimento de funções visuais (CAMPOS, SÁ E SILVA, 2007, p.16)



Pessoas com deficiência mental, definida pela mesma lei do decreto nº 5.296, é considerada quando o “funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas” (BRASIL, 2004).

Apesar de várias teorias em relação a deficiência mental “não se conseguiu fechar um conceito único que dê conta dessa intrincada condição” (BATISTA *et al.* 2007, p. 14).

Por último, a deficiência múltipla se dá sob associação de duas ou mais deficiências apresentadas anteriormente segundo o decreto nº 5.296 (BRASIL, 2004).

O Estatuto da Pessoa com Deficiência tem por objetivo assegurar a inclusão das PNE's considerando aspectos que devem ser atendidos no ambiente que estes presenciam, como por exemplo a acessibilidade, na qual a definição será impreterível para o desenvolvimento deste trabalho.

2.2 INCLUSÃO

É fundamental para a República o princípio da dignidade humana e é dever do Ministério da Justiça e Cidadania implementar este princípio, segundo a Secretaria Especial dos Direitos das Pessoas com Deficiência, essa é a base utilizada para garantia da dignidade de todos, sem quaisquer exclusões.

Para garantir a igualdade entre a participação de todos na sociedade, inclusive os portadores de necessidades especiais, a Lei nº 13.416/2015 se responsabiliza por assegurar a inclusão das pessoas com deficiência, definindo

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015).

A autora Sofia Freire (2008, p.5) alega que a inclusão é dividida em movimento educacional, social e político que visa “defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceites e respeitados naquilo que os diferencia dos outros”.

Além do mais, no Artigo 3º da Lei nº 13.416/2015, aponta-se que para o cumprimento da lei de inclusão devem ser considerados itens como a acessibilidade, desenho universal, tecnologia assistiva ou ajuda técnica, barreira, comunicação, adaptações razoáveis, elemento de urbanização, dentre outros.

2.2.1 Inclusão e a educação



Quanto a inclusão da pessoa portadora de necessidades especiais no âmbito educacional no *parágrafo único* do Art. 27 da lei 13.146/2015 especifica que “é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação” viabilizando a participação dos PNE’s nas escolas, universidades e afins.

Para Ainscow (2009, p. 11) o maior desafio em âmbitos educacionais do mundo é a inclusão educacional. Isso se dá ao fato de que de um lado se encontram escolas sem as qualificações necessárias, e do outro são dadas muitas formas de condições especiais privando os deficientes de uma experiência educacional comum.

Complementando, Ainscow (2009, p.11), existem um crescente interesse na temática de inclusão educacional, precisando que mais ações sejam realizadas para diminuir a complexidade da abordagem.

2.3 ACESSIBILIDADE

A Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, define no art. 2º, II, que a barreira engloba

Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros (BRASIL, 2000, p. 01).

Em complemento, Araújo (2015, p. 23) destaca que a acessibilidade está relacionada à autonomia do indivíduo para locomoção em um ambiente de uma forma “segura e com um mínimo de conforto, utilizando os equipamentos disponíveis nessas organizações”. Sendo assim, o autor destaca que a existência de barreiras que inviabilizam o acesso provoca um descontentamento no indivíduo com o ambiente.

Por outro lado, Figueiredo *et al* (2011, p. 192) ressaltam que a questão da acessibilidade vai além da extinção de barreiras físicas, abrangendo, portanto, “a eliminação de barreiras nas comunicações e informações, versando sobre a necessidade de remoção dos entraves à expressão e ao recebimento e compreensão de mensagens e informações”.

2.3.1 Acessibilidade e o ensino superior



Silva (2008) aponta que, embora existam diversas leis e normas no país, as pessoas com deficiência enfrentam diversos tipos de dificuldades quando têm acesso ao nível superior de ensino.

O estudo realizado por Pieczkowski (2012) identificou a existência de quatro tipos de barreiras enfrentadas pelos alunos do ensino superior, sendo: comunicação, para os surdos; estruturas físicas, para pessoas portadoras de deficiência física e visual; atitudes, como o despreparo dos docentes para atendimento de alunos com necessidades especiais e por fim a disponibilidade no uso de equipamentos e recursos pedagógicos, os quais raramente são adaptados.

Nesse sentido, Machado, Tres e Oliveira (2011, p. 162) enfatizam que

A relação instituição de ensino e aluno portador de deficiência [...], bem como a relação deste com a sociedade precisa ser melhorada, pois para estas pessoas um atendimento digno é aquele que compreende a sua necessidade especial.

Dessa forma, as universidades devem promover políticas de inclusão, por meio das quais são desenvolvidas metodologias que possam assegurar o acesso dos alunos ao conhecimento, respeitando as necessidades físico-cognitivas de cada um deles (CARDOSO, MIRANDA e PORTES, 2009).

2.4 RECURSOS PARA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE

O Decreto nº 3298/1999, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, estabelece no art. 19, parágrafo único, os elementos que permitem a compensação de uma ou mais limitações funcionais motoras, sensoriais ou mentais da pessoa portadora de deficiência, de modo a proporcionar a superação de barreiras comunicacionais e de mobilidade, como uma forma de inclusão social. São as chamadas “ajudas técnicas”, dentre as quais destaca-se:

- VI - elementos especiais para facilitar a comunicação, a informação e a sinalização para pessoa portadora de deficiência;
- VII - equipamentos e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa portadora de deficiência;
- VIII - adaptações ambientais e outras que garantam o acesso, a melhoria funcional e a autonomia pessoal.

Acerca do ambiente universitário, Dallabona (2011) frisa que é dever da instituição de ensino a promover a adequações às normas de acessibilidade de modo a proporcionar o exercício da cidadania pelas pessoas com necessidades especiais. Isso significa, de acordo com



Machado, Tres e Oliveira (2011) que além da criação das vagas nas universidades e disponibilização de recursos, é preciso que seja garantida a igualdade de oportunidades.

No caso das pessoas portadoras de deficiência física, é fundamental a existência de rampas; portas em tamanho adequado; bebedouros e telefones públicos com altura compatível para cadeirantes; elevadores; vagas de estacionamento adaptadas e calçadas rebaixadas (PIECZKOWSKI, 2012). A Associação Brasileira de Normas Técnica (ABNT), por meio da Norma Brasileira (NBR) 9050:2004, estabelece os “critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade”.

Assim, cabe à instituição “solucionar ou pelo menos diminuir as dificuldades enfrentadas no acesso e na circulação de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida às edificações universitárias, de preferência em curto prazo de tempo” (SILVA, 2008, p. 1354).

Dallabona (2011) explica que em relação às pessoas portadoras de deficiência visual, a universidade deve disponibilizar livros e outros materiais transcritos em *braille* e/ou gravados por um leitor, bem como adequar o *website* da instituição. Além disso, ressalta que a possibilidade de utilização de materiais táteis é um meio de permitir ao acadêmico a formação de um entendimento próprio sobre o conteúdo abordado no material, desenvolvendo e fortalecendo o senso crítico dos mesmos. Ademais, Cardoso, Miranda e Portes (2008) acrescentam que a utilização de tecnologias da informação e comunicação é uma forma de inclusão para deficientes visuais na universidade.

No que tange à pessoa portadora de deficiência auditiva, a Lei nº 10.436/2002 reconhece a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como um meio oficial de comunicação e expressão, o qual abrange “um sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil”.

Assim sendo, os alunos devem dispor de um intérprete de LIBRAS na universidade para auxílio durante as aulas, além de contar com a existência de metodologia adequada para que a interação intérprete-aluno seja satisfatória (MACHADO, TRES E OLIVEIRA, 2011).

De um modo geral, sendo considerados todos os tipos de deficiência, observa-se que

a realidade dos alunos se constitui como ponto de partida para a construção de metodologias eficazes que realmente garantam a aprendizagem dos conteúdos, os quais se constroem na junção entre ciência, realidade social e especificidades físico-cognitivas dos alunos para sua obtenção. (CARDOSO, MIRANDA E PORTES, 2008, p. 02).

A importância da universidade para as pessoas portadoras de algum tipo de deficiência, conforme explicam Fernandes, Oliveira e Almeida (2016), além do oferecimento de oportunidade de formação acadêmica, consiste em atender as demandas de desenvolvimento pessoal e relacionamento social, por isso a necessidade da instituição disponibilizar serviços de apoio para auxiliar a trajetória dos alunos, minimizando assim os casos de evasão universitária.



3 METODOLOGIA

A pesquisa pode ser definida como “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo propiciar respostas aos problemas” (GIL, 2002 p.17). Para efetuar a pesquisa, é necessário desenvolver uma metodologia. Andrade (2007, p.113) reconhece que na metodologia os tipos de pesquisa “podem ser classificados de várias formas, por critérios que variam segundo diferentes enfoques”.

Quanto aos objetivos, está classificada como pesquisa descritiva, que é uma pesquisa onde os fatos são analisados, observados e interpretados, mas não podem ser manipulados pelo pesquisador. Segundo Vergara (1998, p.45) “a pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno”.

A pesquisa aplicada é a classificação quanto a natureza do problema da pesquisa em questão. Para Vergara (1998, p.45) esse tipo de pesquisa se impulsiona na necessidade de resolver problemas concretos e tem finalidade prática. Gil (2002, p.18) afirma que “uma pesquisa sobre problemas práticos pode conduzir à descoberta de princípios científicos”.

Referindo-se a abordagem da pesquisa, se estabeleceu como qualitativa, que segundo Vergara (1998, p. 57) está mais associada a suposições e que apresentam confirmações por meio de mecanismos não estatísticos. Em relação ao procedimento técnico da pesquisa, a pesquisa se categoriza como levantamento, Gil (2002, p. 50) trata que pesquisas desse tipo são realizadas quando se deseja conhecer o comportamento de pessoas através de interrogação direta.

A pesquisa tem abordagem dedutiva, pois parte de enunciados gerais para enunciados específicos (CERVO, BERVIAN e SILVA, 2010; SILVA, 2010; SOARES, 2003). Essa abordagem consiste numa “cadeia de raciocínio em conexão descendente, isto é, do geral para o particular, leva à conclusão”, conforme explica Andrade (2007, p. 121). O ambiente do estudo consiste em uma pesquisa de campo, definida por Vergara (2006, p. 47) como uma “investigação empírica realizada no local onde ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos explicá-lo”.

Quanto ao método de coleta de dados foi utilizado o questionário que, de acordo com Silva (2010, p. 60), representa “um conjunto ordenado e consistente de perguntas a respeito de variáveis e situações que se deseja medir ou descrever”. Trata-se de uma técnica impessoal e que não conta com a presença do pesquisador. (ANDRADE, 2007 e OLIVEIRA, 2010).

Após aplicação do questionário, os dados coletados foram analisados, o que para Gil (2002, p. 156) tem por objetivo “organizar e sumariar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação”.

A limitação da pesquisa consiste na quantidade de respostas obtidas em função da amostragem, para Vergara (1998, p. 48) a amostra consiste em definir a população e a população trata-se de “um conjunto de elementos (empresas, produtos, pessoas, por exemplo), que possuem as características que serão objeto de estudo”, o número de respostas obtidas pela pesquisa é de 5 respostas de alunos com deficiência da universidade, correspondendo a aproximadamente 63% dos 8 alunos que aceitaram a participação, vindos de um grupo de 20



alunos atendidos pelo Programa Multidisciplinar de Pesquisa e Apoio à Pessoa com Deficiência e Necessidades Educativas Especiais (PROPAE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) no período de 20 e 31 de outubro de 2017, num total de 12 dias. Ainda Vergara (1998, p. 30), a limitação da pesquisa não pode ser confundida com a amostra da pesquisa.

4 ANÁLISE DOS DADOS

De acordo com a Diretoria de Assuntos Acadêmicos (DAA) da UEM existem 547 acadêmicos com deficiência na Universidade, número este encontrado por meio do último levantamento feito pelo departamento. O DAA ressaltou que esta informação pode não ser de toda verídica, pois se acredita que alguns alunos ao efetuar a matrícula acabam se equivocando. Por exemplo, aqueles alunos que utilizam óculos, mas que não têm de fato a deficiência visual podem acabar considerando como se tivessem e essa informação entra como verdadeira para a universidade.

A UEM dispõe da informação quanto a quantidade de alunos com deficiência em cada curso de graduação e qual a categoria da deficiência de cada um desses acadêmicos, porém não foram encontradas evidências da existência de um levantamento ou investigação pós-matrícula desses na Universidade.

Com base nas informações disponibilizadas pelo DAA, observou-se que a concentração de aproximadamente 79% dos acadêmicos declarados deficientes têm deficiência visual. Essa categoria é dividida pela UEM em visual parcial representando 35% do total, baixa visão com representatividade de 43% e apenas 1% visual total, contando com apenas 6 alunos nessa categoria. Os demais acadêmicos correspondem a 9% de deficientes físicos, 7% de deficientes auditivos e 5% estão em outras categorias, sendo 1 aluno classificado como surdocegueiral, 2 com paralisia cerebral e o restante em outros não especificados, conforme proporções são demonstradas no Quadro 1.

CATEGORIA DA DEFICIÊNCIA UEM		%
Deficiência Visual (79%)	Visual Parcial	35%
	Baixa Visão	43%
	Visão Total	1%
Deficiência Física		9%
Deficiência Auditiva		7%
Surdocegueiral		0,18%
Paralisia Cerebral		0,37%
Outros		4,45%

Quadro 1 – Divisão de categorias de deficiência da UEM.

Fonte: os autores.



Percebe-se que a Universidade tem sua própria divisão de grupos de deficiência, enquanto o decreto nº 5.296 de 2004 separa deficiência visual em duas categorias (cegueira e baixa visão), a UEM considera visão total, parcial e baixa visão. Outra categoria considerada é a do aluno surdocegueiral, para Campos (2007, p. 15) “em alguns casos, a cegueira pode associar-se à perda da audição (surdocegueira) ou a outras deficiências”.

Considerando a necessidade de atender os alunos com deficiência, foi criado na UEM o Programa Multidisciplinar de Pesquisa e Apoio à Pessoa com Deficiência e Necessidades Educativas Especiais (PROPAE), por meio da Portaria nº 1533/94-GRE-UEM, com o objetivo de realizar ações buscando viabilizar o ingresso, a permanência e a terminalidade a esses acadêmicos, promovendo assim a inclusão no Ensino Superior.

Os alunos atendidos pelos PROPAE são aqueles que apresentam algum tipo de alteração quanto à locomoção, fala, visão, audição, coordenação motora, a interação social e comunicação recíproca. Dessa forma, o Programa atua assessorando a UEM na definição da política para atendimento aos acadêmicos com deficiência e com Necessidades Educacionais Especiais (NEE); propõe alternativas para a melhoria das condições de ensino-aprendizagem e permanência desses acadêmicos; auxilia na formação de professores voltados ao público alvo da Educação Especial e desenvolve pesquisas no campo da Educação Especial e Inclusão.

O PROPAE oferece adaptação de material didático-pedagógico para a comunidade acadêmica; dispõe de espaço físico e acompanhamento para que os acadêmicos com deficiência e NEE que necessitam de avaliações adaptadas das disciplinas dos respectivos cursos, possam realizá-las nas dependências do PROPAE; promove ações da Psicologia Escolar para a Educação Especial no Ensino Superior; além de disponibilizar monitoria Especial para atendimento personalizado aos acadêmicos no período do curso.

De acordo com o PROPAE, no ano letivo de 2017 apenas 20 alunos procuraram o atendimento especializado ofertado e que existem muitos acadêmicos que apresentam algum tipo de necessidade, mas não procuram o Programa ou não solicitam o atendimento especial no vestibular.

Para a realização desta pesquisa foi elaborado um questionário utilizando formulário do Google Docs e entre os dias 20 e 23/10/2017 o mesmo foi enviado por e-mail a oito alunos atendidos pelo PROPAE que aceitaram participar desta pesquisa, o que corresponde a 40% dos atendimentos. Foram analisadas as respostas recebidas até o dia 31/10/2017 e dos oito questionários aplicados foi obtido retorno de cinco, ou seja, 63% em relação à aplicação.

As quatro primeiras perguntas envolveram a categoria de deficiência, curso, período em que o aluno está matriculado e ano de ingresso. Destas, apenas a primeira foi de categoria fechada com as categorias de deficiência em múltipla escolha, as demais foram abertas. As respostas obtidas são demonstradas no Quadro 2.

PERGUNTAS	RESPOSTAS				
	ALUNO 1	ALUNO 2	ALUNO 3	ALUNO 4	ALUNO 5
Categoria de deficiência	Visual	Visual	Visual	Física	Visual



Curso	Ciências Contábeis	Biomedicina	História	Ciências Biológicas	Biomedicina
Período (ano)	4º	3º	4º	3º	1º
Ano de ingresso	2014	2015	2012	2015	2017

Quadro 2 – Características dos entrevistados obtidas através do questionário.

Fonte: os autores.

De acordo com os dados do Quadro 1, observa-se que 80% das respostas obtidas foram de alunos que declararam ter deficiência visual.

Verifica-se ainda que o aluno 3, cuja a categoria de deficiência é a visual e cursa História, ultrapassou o prazo mínimo para conclusão do curso, que é de 4 anos, mas encontra-se dentro do limite permitido para a conclusão do curso, que corresponde a 8 anos e se encerrará no ano de 2019. Esse fato pode indicar alguma dificuldade quanto ao acompanhamento do curso. Enquanto isso, os demais alunos, cujos cursos são Biomedicina, Ciências Biológicas e Ciências Contábeis encontram-se dentro do prazo mínimo estabelecido para conclusão do curso.

Outras seis perguntas foram realizadas, todas de categoria aberta, para que os alunos pudessem responder com maior liberdade e emitir opiniões quanto a sua percepção sobre inclusão e acessibilidade na UEM, informando a expectativa antes de iniciar a vida acadêmica, o que teria mudado em relação à expectativa após o ingresso na universidade e quais as sugestões para que as condições consideradas falhas pudessem ser melhoradas.

Em relação às expectativas quanto a inclusão, os alunos 1 e 2 disseram que havia pouca expectativa, dentre eles, o aluno 1 destacou que contava apenas com a boa vontade das pessoas; os alunos 3 e 5 apontaram que sabiam da existência do PROP AE para ter algum auxílio; o aluno 5 mencionou o conhecimento sobre leis que favorecem as pessoas com deficiências a terem direitos no que tange a educação e já o aluno 4 disse que esperava a existência de inclusão e que encontrou isso na UEM, porém ressalta que é de difícil acesso.

Sobre as expectativas quanto a acessibilidade, o aluno 1 disse que não havia nenhuma, acreditando não haver qualquer tipo de suporte, enquanto isso, o aluno 2 mencionou o atendimento recebido em relação ao vestibular, momento no qual as “expectativas aumentaram de ínfimas para mínimas”. O aluno 3 frisou que não sabia como seria a estrutura física e arquitetônica da UEM e que encontrou menos do que o esperado ao ingressar na vida acadêmica. O aluno 4 demonstrou ter a consciência de que haveria quanto a acessibilidade, pois não encontraria rampas e elevadores em todos os blocos. Por fim, houve um destaque positivo em que o aluno 5 relata que “já imaginava que a acessibilidade seria melhor em vista de outras instituições, principalmente as privadas, que pouco se importam com acessibilidade”, isso porque nunca viu “uma privada oferecer provas em braille ou qualquer outro tipo de material, até mesmo digitalizado”.

Em correspondência ao que teria mudado em relação às expectativas de inclusão, o aluno 1 informou que as dificuldades foram completamente superadas, devido ao apoio recebido do departamento do curso e do PROP AE. No mesmo raciocínio, o aluno 4 apontou que a UEM é inclusiva e que foi bem recebido pelas pessoas do curso, das quais recebeu bastante ajuda. Por outro lado, o aluno 3 se mostra insatisfeito, relatando que “a UEM não



estava preparada para receber deficientes, tanto na estrutura física como na formação dos docentes”. Uma informação preocupante foi a do aluno 5 que destacou o preconceito por parte dos professores, que embora sejam uma minoria, fazem com que os alunos sintam na pele a resistência existente em relação às pessoas portadoras de necessidades especiais. Esse tipo de situação negativa em relação aos professores pode corresponder a uma das quatro barreiras enfrentadas pelos alunos do ensino superior mencionadas por Pieczkowski (2012).

No que tange ao que teria mudado em relação às expectativas de acessibilidade, o aluno 1 mencionou que estão quase completamente correspondidas e que houve melhorias ao longo dos anos. O aluno 2 destacou que graças ao empenho dos profissionais que conheceu, tem mais otimismo, pois os mesmos estão sempre em busca de melhorar a acessibilidade na UEM. Enquanto isso, o aluno 3 se diz decepcionado quanto à acessibilidade física e arquitetônica, destacando a ausência de piso tátil, sinalização em *braille* nos blocos, calçadas irregulares e quebradas e que há dificuldade de acesso a alguns materiais, apesar do trabalho do PROPAE. Em complemento, o aluno 4 disse que as vagas de deficientes não estão presentes em todos os estacionamentos.

Em relação às falhas mencionadas pelos alunos quanto a inclusão, houve um consenso entre os acadêmicos, pois sugeriram melhorias semelhantes, tais como disponibilização de mais recursos pelo governo para projetos que promovam a inclusão e a conscientização da comunidade acadêmica da UEM, bem como formação adequada a todos os servidores da universidade, para os autores Fernandes, Oliveira e Almeida (2016, p. 487), “a adoção de uma cultura inclusiva se faz necessária, perpassando desde a formação do professor e técnicos, assim como o investimento de recursos com a finalidade de promover as adequações necessárias”, promovendo, inclusive, o debate sobre a temática da deficiência em “diferentes espaços de formação acadêmica”.

Por fim, sobre as falhas mencionadas pelos alunos quanto a acessibilidade, as sugestões foram unânimes, sendo destacada a necessidade de adequação das calçadas, iluminação, dos blocos e sinalizações; oferta de áudio descrição e intérprete de libras em eventos promovidos pela UEM, bem como maior acessibilidade a materiais de estudo. Dentre as respostas, destacou-se o comentário do aluno 2 referente a um projeto realizado em conjuntos pelos cursos de Engenharia Civil e Arquitetura e Urbanismo, que visa a aplicação de melhorias nas condições de acessibilidade no *campus* da universidade, o qual o acadêmico acredita ser “um primeiro passo para uma mudança física e mental na UEM”.

A importância de realizar as adequações mencionadas pelos acadêmicos se deve ao fato de que essas melhorias são um dever do Estado, conforme defendido por Dallabona (2011), para que seja garantida a igualdade de oportunidades no ensino superior.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve por objetivo analisar a inclusão dos acadêmicos portadores de necessidades especiais na Universidade Estadual de Maringá, com intuito de responder o problema da pesquisa: Quais as expectativas sobre as condições de acessibilidade para



portadores de necessidades especiais na UEM? Por meio de um questionário que visa identificar quais eram as expectativas dos acadêmicos referente a inclusão e acessibilidade antes do ingresso na universidade, o que mudou após o ingresso e quais sugestões para que as condições consideradas falhas possam ser melhoradas, foram analisadas 5 respostas dos 20 acadêmicos atendidos pelo Programa Multidisciplinar de Pesquisa e Apoio à Pessoa com Deficiência e Necessidades Educativas Especiais (PROPAE).

Nota-se que o estudo atendeu o objetivo definido, considerando os achados, em relação as expectativas quanto à inclusão dois alunos apontaram conhecimento do PROPAE, outros dois mencionaram ter poucas expectativas e um deles apontou conhecimento das leis de inclusão, assim como quanto às expectativas de acessibilidade, em geral, foram analisadas expectativas baixas ou ruins, apenas com o destaque positivo de um aluno que afirma que esperava que seria melhor do que universidades particulares.

Confrontando as expectativas após o ingresso desses acadêmicos, um dos alunos informou que graças a ajuda dos profissionais do PROPAE suas dificuldades foram completamente superadas, outro ainda indica ser bem recebido, enquanto os demais mostraram apontamentos como a UEM não ter estrutura para receber os portadores de necessidades especiais e que existe preconceito por parte dos professores.

Os acadêmicos indicaram sugestões parecidas para as melhorias necessárias tanto para inclusão quanto a acessibilidade da UEM, sendo adequações das calçadas, iluminação, ofertas de áudio e intérpretes de libras em eventos, além de maior investimento de recursos e projetos do governo para a conscientização do âmbito acadêmico.

Destaca-se como limitação da pesquisa o fato que dos 20 acadêmicos atendidos pelo PROPAE, apenas 8 se propuseram a participar da pesquisa, e desses apenas 5 responderam de fato. Assim, a amostra não poderá justificar o comportamento de outras universidades, como também não justificará a percepção de todos os alunos com deficiências da Universidade Estadual de Maringá. Como sugestão para pesquisas futuras, recomenda-se a busca por alunos que não são atendidos pelo PROPAE, afim de englobar a população dos alunos com deficiência da universidade, como também uma verificação do acompanhamento da universidade pós ingresso desses acadêmicos, outra sugestão seria verificar o preparo dos professores para ministrar aulas com a presença dos alunos com deficiência.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Eliece Helena Santos (2015). Acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência na faculdade de direito da UFBA. 2015. 85 f. (Mestrado em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade) - Programa de Pós-Graduação Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade-PPGEISU. Universidade Federal da Bahia, Salvador.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004.



BATISTA, Cristina Abranches Mota; *et al* (2007). Atendimento Educacional Especializado – Deficiência Mental. Brasília.

BERSCH, Rita; BROWNING, Nadia; MACHADO, Rosângela; SCHIRMER, Carolina R (2007). Atendimento Educacional Especializado – Deficiência Física. Brasília.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em 01 out. 2017.

_____. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm#art70>. Acesso em 03 de out. de 2017.

_____. **Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006.** Disponível em: <<http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/dec5773.htm>>. Acesso em 20 nov. 2017.

_____. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>. Acesso em 16 set. 2017.

_____. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em 04 out. 2017

CAMPOS, Izilda Maria de; SÁ, Elizabet Dias de; Silva, Myriam Beatriz Campolina (2007). Atendimento Educacional Especializado – Deficiência Visual. Brasília.

CARDOSO, Lavine Rocha; MIRANDA, Arlete Bertoldo; PORTES, Rutiléia Maria de Lima (2009). Políticas públicas para a inclusão de deficientes visuais no Ensino superior. In: Simpósio internacional: o estado e as políticas educacionais no tempo presente, 5, 2009, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia.

DALLABONA, Kátia Girardi (2011). A inclusão de deficientes visuais no curso superior na educação a distância. In: Congresso internacional ABED de educação a distância, 17, 2011, Manaus, **Anais...** Manaus: Associação Brasileira de Educação a Distância.

FÁVERO, Osmar; *et al* (2009). Tornar a Educação Inclusiva. UNESCO. Brasília.

FERNANDES, Ana Claudia Rodrigues; OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de; ALMEIDA, Leandro da Silva. Inclusão de estudantes com deficiências na universidade:

Estudo em uma universidade portuguesa (2016). **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 483-492, set./dez.

FIGUEIREDO, Arlete Carvalho et al (2011). **Acessibilidade e vida universitária:** pontuações sobre a educação inclusiva. In: SAMPAIO, SMR, org. Observatório da vida estudantil: primeiros estudos [online]. Salvador: EDUFBA, p. 187-207.

FREIRE, Sofia (2008). Um Olhar Sobre a Inclusão. Revista da Educação, Vol. XVI, n. 1. Loulé.

GIL, Antônio Carlos (2002). Como elaborar Projeto de Pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tabela 1.3.2 População residente, por tipo de deficiência, segundo o sexo e os grupos de idade – Brasil – 2010.** Disponível em: <



<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/saude/9662-censo-demografico-2010.html?&t=downloads>. Acesso em 21 nov. 2017.

- LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/publicacoes/lei-brasileira-de-inclusao-da-pessoa-com-deficiencia-novo>>. Acesso em 05 out. 2017.
- LINO, Leandro Jorge de Oliveira (2016). O Conceito Constitucional e Biopsicossocial da Pessoa com Deficiência Visual: As Especificidades da Visão Monocular. *Raízes Jurídicas*, vol. 8, n.2. Curitiba.
- MACHADO, Maiara Bruna; TRES, Rafaela; OLIVEIRA, Lisandra Antunes de. Inserção do deficiente auditivo ou surdo no Ensino Superior da Universidade do Oeste de Santa Catarina Campus de São Miguel do Oeste (2011). *Unesc & Ciência – ACHS*, Joaçaba, v. 2, n. 2, p. 156-164, jul./dez.
- MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. Portadores de deficiência e a questão da inclusão social. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.14, n. 2, p. 51-56, abr./jun. 2000.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Salamanca**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em 20 nov. 2017.
- PIECZKOWSKI, Tania Mara Zancanaro (2012). Inclusão no ensino superior: barreiras relatadas pelos estudantes com deficiência. In: ANPED SUL Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 9, 2012, Caxias do Sul, **Anais...** Caxias do Sul: Universidade Comunitária Regional de Chapecó.
- QUEIROZ, Elbio Gonçalves de; SOUZA, Felipe Maciel dos Santos (2015). A acessibilidade na universidade como fator de inclusão social da pessoa com deficiência física. **InterLetras**, Dourados, v. 3, n. 21, p. 01-17, abr./set.
- SASSAKI, Romeu Kazumi (1997). **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA.
- SENADO FEDERAL, Estatuto da Pessoa com Deficiência. Biênio 2015 - 2016. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/513623/001042393.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 17 de set. de 2017
- SILVA, Adriane Giugni (2008). Acessibilidade x inclusão: um estudo nos *campi* da Universidade do Estado do Pará (Belém). In: Congresso Nacional de Educação – Educere, 8, 2008, Curitiba e Congresso Ibero-Americano sobre violência nas escolas – CIAVE, 3, 2008. Curitiba, **Anais...** Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná.